



PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS FAMÍLIAS PRODUTORAS DE TABACO DA MICRORREGIÃO DE SANTA CRUZ DO SUL E A SUA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA

Kathleen Rodrigues Krüger da Silveira¹

Cidonea Machado Deponti²

Silvio Cezar Arend³

Resumo: O presente artigo objetiva caracterizar as famílias associadas à Afubra (Associação dos Fumicultores do Brasil) que são produtoras de tabaco na Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul e verificar o processo de diversificação produtiva. Pode-se ressaltar que o tabaco é o produto mais cultivado, pois as características do solo e do relevo contribuem para essa produção. Ademais, em função do tamanho das propriedades familiares (em média 12 ha) ocorre o desenvolvimento da monocultura do tabaco e dependência do mesmo. Por isso, resalta-se a importância da diversificação dos meios de vida como uma estratégia relevante para esses agricultores, pois permite maior autonomia, qualidade de vida e a possibilidade de ampliar as fontes de renda. Esta pesquisa utiliza dados referentes à caracterização das propriedades da microrregião geográfica de Santa Cruz do Sul, tais como a composição familiar dos agricultores entrevistados, condição do produtor, quantidade de hectares utilizados para a produção de tabaco e participação do tabaco na renda bruta total. Esses dados são de caráter secundário, tomando por base o levantamento realizado pelo Núcleo de Pesquisa Social (NUPES) da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

Palavras chave: Microrregião, diversificação produtiva, meios de vida, autonomia.

INTRODUÇÃO

A microrregião de Santa Cruz do Sul é conhecida pelo cultivo, quase que exclusivo, do tabaco. Esta microrregião atualmente se encontra num cenário socioeconômico de grandes discussões devido à ratificação da Convenção Quadro, sendo que esta convenção é uma mobilização política em âmbito internacional, liderada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) que discute formas de reduzir o cultivo do tabaco em todo o mundo.

¹ Mestranda da Universidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: kathleen_kruger@hotmail.com

² Docente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul. Doutora em Desenvolvimento Rural no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Pós-Doutorado em Sociologia do Desenvolvimento (PPGS/UFRGS). E-mail: cidonea@unisc.br

³ Docente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – UNISC. Dr. em Economia (UFRGS). E-mail: silvio@unisc.br



No entanto, existem estudos que apontam e dão relativa importância à diversificação, como uma possível alternativa em relação ao cultivo do tabaco e como estratégia para o próprio desenvolvimento. Dentre estes estudos, destaca-se o de Schneider (2010), que salienta que a diversificação é uma maneira de se retirar as barreiras, os obstáculos que acabam restringindo as escolhas dos agricultores e permitem a criação de alternativas para que estes agricultores tenham a opção de escolhas e de liberdade.

Além disso, Schneider (2010) realça que a diversificação pode representar uma alternativa para sair da condição de pobreza ou de vulnerabilidade em que muitos agricultores familiares se encontram. Conforme o autor mencionado pode-se verificar as barreiras relativas à dependência dos agricultores familiares com o cultivo do tabaco e a impossibilidade de tomarem decisões que elevem sua qualidade de vida.

Outros autores, como Grisa e Nierdele (2008) salientam que a diversificação permite aos agricultores optarem por um caminho alternativo para obterem estabilidade econômica dentro do mercado, possibilitada por não estarem com apenas um produto em negociação, uma vez que este produto pode estar susceptível a perdas de colheita, dificuldades no clima, entre outros fatores que contribuem para a vulnerabilidade dos agricultores.

A diversificação produtiva da propriedade possibilitará maiores estratégias para a obtenção de mais de uma renda, além dos agricultores ficarem menos expostos às depreciações do mercado, ou seja, o agricultor mais diversificado terá maior autonomia dentro do mercado.

Baseado nestes estudos relacionados à diversificação e à vulnerabilidade dos agricultores se realizou uma pesquisa na microrregião geográfica de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de analisar qual é a influência da produção do tabaco nas propriedades e na vida dos agricultores.

2. Caracterização da Microrregião Geográfica de Santa Cruz Do Sul

No Brasil, a divisão geográfica das microrregiões é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão que também é responsável pelo Censo Demográfico e outras pesquisas de relevância nacional, incluindo o Censo Agropecuário, realizado a cada 10 anos aproximadamente. O Rio Grande do Sul está dividido em 35 microrregiões, sendo que uma dessas microrregiões está localizada na região centro-



oriental do estado, denominada de Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul, que anteriormente era classificada em Microrregião Homogênea. O IBGE classifica as microrregiões quanto à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. Na microrregião de Santa Cruz do Sul esta organização se deu pela possibilidade de atender à população através do comércio de varejo ou de atacado.

A microrregião geográfica de Santa Cruz do Sul, conforme divisão estabelecida pelo IBGE formou-se com a presença de dezesseis municípios: Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Candelária, Vale do Sol, Vera Cruz, Herveiras, Arroio do Tigre, Sinimbu, Segredo, Passa Sete, Ibarama, Gramado Xavier, Sobradinho, Lagoa Bonita do Sul, Estrela Velha e Mato Leitão.

No entanto, a formação desta microrregião anteriormente havia sido estabelecida pela região do Vale do Rio Pardo, que na época da descoberta do Brasil era habitada por indígenas. Em 1750, após os portugueses terem firmado o Tratado de Madrid eles fundaram a fortaleza Jesus-Maria-José na margem esquerda da confluência dos Rios Pardo e Jacuí, originando a cidade de Rio Pardo. Até meados do século XIX foi um importante centro de distribuição de mercadorias. A partir deste momento começa entrar em um processo de estagnação, diminuindo sua importância econômica no estado (Karnopp, 2003).

“No ano de 1822, Dom Pedro I estava preocupado com a situação geopolítica do sul do Brasil, por isso começou a promover a vinda de imigrantes alemães da Europa Central. Essa atitude visava à implementação de pequenas propriedades, formando desta forma classes médias nesta região. Os primeiros imigrantes chegaram em 1824 em São Leopoldo e em 1849 chegaram ao município de Santa Cruz do Sul (informação verbal)”⁴.

A vinda dos imigrantes alemães para o Brasil ocorreu devido à promessa que aqui seriam donos de terra, pois na Alemanha eles trabalhavam na terra, mas não eram os donos. Foi o sonho de serem donos de suas próprias terras que motivou a viagem até o Brasil. As terras encontradas por esses imigrantes eram irregulares e cobertas por florestas. Estas pequenas propriedades favoreciam uma diversificação agrícola. No entanto, houve a predominância da produção do tabaco que até hoje domina o espaço agrícola regional. Os imigrantes buscavam novas terras e por isso os alemães subiram a Encosta da Serra e acabaram encontrando habitantes de origem luso-brasileira e italiana (Karnopp, 2003).

⁴ As informações desta seção foram obtidas a partir das aulas ministradas pela professora Virginia Etges do Programa de Pós Graduação em desenvolvimento Regional (PPGDR) – UNISC, 2012.



Em 1860 os imigrantes alemães trouxeram consigo alguns produtos, entre eles a banha e o tabaco. Para conseguirem negociar esses produtos levavam-nos para Rio Pardo, o deslocamento dos imigrantes de Santa Cruz do Sul para Rio Pardo formou o sítio urbano de Santa Cruz do Sul. Pode-se afirmar que as características físicas do território tiveram muita importância na maneira que ocorreu a ocupação das terras rio-grandenses. A sociedade local contribuiu para as modificações neste território, pois as mudanças ocorreram conforme os seus interesses, deixando desta forma a sua marca (ETGES, 2001, p. 353). Inclusive as características do território não podem ser atribuídas apenas às condições físicas ou naturais do mesmo. Pelo contrário, as características do território se devem também aos interesses econômicos, sociais, políticos e culturais e estes são aspectos que definem uma região atualmente (ETGES, 2001, p. 353).

O Vale do Rio Pardo está dividido conforme a divisão geográfica do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) para fins de planejamento desta região. Atualmente a região do Vale do Rio Pardo abrange 22 municípios muito desiguais em relação à formação econômica e físico-geográfica. Conforme nos relata Etges (2001, p.354), citando Klarmann (1999), atualmente dentro desta região há três sub-regiões: o norte, com predominância da pequena propriedade, tendo sua descendência alemães, luso-brasileiros e italianos com muitos problemas em relação às alternativas econômicas que agreguem valor à produção do minifúndio; o centro, abrangendo o polo industrial-comercial de Santa Cruz do Sul e cidades vizinhas como Venâncio Aires e Vera Cruz; e o sul, que abrange as médias e as grandes propriedades, tendo como atividade principal a pecuária e a orizicultura.

No que tange às desigualdades em relação à formação de uma região, Toni e Klarmann (2002) citam o relatório do Programa Estadual de descentralização Regional que diz:

“É necessário ressaltar a importância de elaborar uma Divisão Regional que seja utilizada e/ou incorporada por todos os órgãos públicos estaduais, porque atualmente cada Secretaria e/ou órgão vinculado possui uma divisão regional própria, (...) cada uma delas dividiu o Estado em regiões de acordo com seus critérios. Em consequência disso, ocorre a falta de uma referência espacial comum a todos os órgãos públicos, dificultando tanto a integração das ações regionais das Secretarias no espaço estadual, quanto a regionalização do orçamento.” (RS. Secr. Inter., Desen. Reg. Urb. Obr. Publ., 1988, p.23).

No entanto, esta Divisão Regional não é utilizada por todos os órgãos, cada um usa sua própria divisão de acordo com os seus critérios. O COREDE usa uma divisão para fins de planejamento, já o IBGE utiliza a divisão para fins estatísticos. Com estes dois órgãos pode-se perceber que os municípios que fazem parte da microrregião geográfica de Santa Cruz estarão “posicionados” em diferentes regiões conforme o órgão analisador. Para os fins deste estudo utilizou-se a microrregião de Santa Cruz do Sul conforme os critérios do IBGE.

O Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) em 1987 começou a realizar a Divisão Regional em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas para fins estatísticos, substituindo a Divisão Regional de Microrregiões Homogêneas. As microrregiões foram definidas como pertencentes das mesorregiões, tendo especificidades quanto à estrutura de produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. A organização microrregional se deu também pela interação das áreas de produção e locais de beneficiamento e pela possibilidade de atender a população através do comércio de varejo ou atacado. Para a identificação de uma microrregião foram estabelecidos dois critérios: a estrutura da produção e a interação espacial. A análise da produção se dá com base na utilização da terra, no grau de diversificação, no nível tecnológico e no emprego do capital. Já a produção industrial refere-se à importância dada ao centro industrial quanto ao valor da transformação industrial e pessoal ocupado. O indicador espacial está relacionado com a influência dos centros sub-regionais e centros de zona, enquanto elementos articuladores do processo de beneficiamento, coleta, expedição de produtos rurais de distribuição de bens e serviços ao campo e a outras cidades.

2.1 A Microrregião de Santa Cruz do Sul e a produção do tabaco

A microrregião de Santa Cruz do Sul apresenta a agricultura familiar como principal meio de produção, como se pode observar pelos dados do Censo Agropecuário 2006, conforme a tabela a seguir.

**Tabela 1:** Estabelecimento e área da agricultura familiar, segundo as Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios – 2006.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Agricultura familiar - Lei nº 11.326		Não familiar	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Centro Oriental Rio-grandense	54 972	665 936	5 567	671 359
Santa Cruz do Sul	25 441	317 089	1 640	102 025
Arroio do Tigre	1 950	24 447	75	2 140
Candelária	3 764	43 654	293	25 960
Estrela Velha	716	12 149	98	12 218
Gramado Xavier	675	8 783	110	6 134
Herveiras	413	5 070	46	1 972
Ibarama	898	13 151	35	699
Lagoa Bonita do Sul	563	7 588	26	742
Mato Leitão	399	3 432	26	186
Passa Sete	1 118	17 724	70	4 213
Santa Cruz do Sul	3 113	41 043	147	7 326
Segredo	1 158	16 356	51	2 052
Sinimbu	1 769	32 213	89	15 933
Sobradinho	660	8 467	35	876
Vale do Sol	1 783	22 162	110	2 419
Venâncio Aires	4 695	43 859	351	15 860
Vera Cruz	1 767	16 990	78	3 294

Fonte: IBGE (2006).

Verifica-se que os municípios formadores da microrregião de Santa Cruz do Sul possuem predominantemente estabelecimentos baseados na agricultura familiar, chegando a 54.972 e suas propriedades tem em média de 12 ha. Esta característica da microrregião muito contribui para o desenvolvimento da cultura do tabaco, pois são poucas as culturas que conseguem se desenvolver em pequenas propriedades.

Por esta característica, muitas empresas multinacionais se estabeleceram no município de Santa Cruz do Sul, com o intuito de facilitar a comercialização e o transporte deste produto. No entanto, a facilidade de produção e de comercialização, também entendida pelos agricultores, torna-os, de certa forma, dependentes deste cultivo e por consequência acabam aceitando determinados aspectos exigidos pelas empresas de tabaco, ou seja, muitas decisões tomadas pelas empresas tabagistas não agradam e/ou inclusive não são decisões que beneficiem os agricultores, mas como estes, muitas vezes, não possuem outros produtos que possam lhe proporcionar renda dentro de sua



propriedade acabam aceitando tais imposições/decisões, pois não possuem outra fonte de renda além do tabaco.

Outro fator importante a ser ressaltado é que com a ratificação da Convenção Quadro, em 2005, foram estabelecidas metas de redução das áreas cultivadas com tabaco, metas de redução do consumo e da propaganda deste produto, ou seja, com a adoção desta Convenção são previstas algumas modificações na cadeia produtiva do tabaco, principalmente em sua área de produção. A ratificação da Convenção Quadro trouxe a público muitas questões como, por exemplo, a dependência dos agricultores familiares deste cultivo. No entanto, alguns estudos demonstram que a diversificação permite maior possibilidade de gerar autonomia, diversidade de rendas, aumento da qualidade de vida, entre outros fatores.

2.2 O cultivo do tabaco e a diversificação dos meios de vida

Como a microrregião geográfica de Santa Cruz do Sul tem como principal fonte de produção o tabaco, esta seria umas das regiões afetadas pela diminuição do consumo do tabaco acordada na Convenção Quadro. Um dos fatores de se desenvolver quase que apenas a cultura do tabaco é que o solo e o relevo são mais funcionais para este cultivo. Além do mais, a realidade desses produtores é diferente das dos produtores do Sul do Estado, isto porque as propriedades possuem em média 12 ha, tamanho insuficiente para se desenvolver algumas culturas, como soja e arroz, por exemplo. Teria que se encontrar outros cultivos possíveis para se desenvolver nesta região. Este fato é reforçado pela ratificação da Convenção-Quadro, pois com a diminuição na produção do tabaco, o que os agricultores dependentes deste cultivo irão produzir?

Ellis (2000) citado por Nierdele e Junior (2009) destaca que através da diversificação os agricultores conseguirão ter melhores estratégias para se desviar das dificuldades, ou inclusive enfrentá-las com maior facilidade, pois como não estarão dependendo de apenas um cultivo, poderão ter sua renda vinda destes outros cultivos que não apresentam dificuldades do mercado. Através da diversificação os produtores rurais também terão mais autonomia dentro de sua propriedade e em relação a atores e ativos externos; isto porque através de outros recursos financeiros o agricultor estará internalizando estes recursos dentro de sua propriedade e deixando de adquirir tais produtos em mercados, além destas



famílias estarem vendendo os produtos por elas produzidos, ocasionando a diminuição da dependência com intermediários (NIEDERLE e JUNIOR, 2009). Com a autonomia gerada nas propriedades através da diversificação da produção das unidades familiares, há uma diminuição de vulnerabilidade e da exposição destes agricultores ao mercado. Desta maneira “[...] a diversificação torna-se fator-chave do desenvolvimento na mesma medida em que o próprio desenvolvimento passa a ser considerado enquanto processo que possibilita aos atores mais autonomia para constituir as trajetórias de suas vidas” (NIEDERLE e GRISA, 2008, p.81).

Ellis (2000), citado por Nierdele e Junior (2009), defende a diversificação como uma maneira de subsistência de várias famílias rurais, pois através dela muitas famílias encontram-se com mais de uma oportunidade para enfrentar certos obstáculos, a diversificação promovida através de políticas poderá facilitar ou possibilitar a diversidade de portfólios.

A diversificação é diferenciada na prática pela localização, ativos, nível de renda, oportunidade, instituições e relações sociais e não é surpreendente, portanto, que estes se manifestam de formas diferentes em circunstâncias diferentes.

Além disso, o termo diversificação e meios de vida são muito utilizados para compreensão do desenvolvimento. Porém, estes termos não são novos, pois há muito tempo já estão sendo utilizados. Para analisar os meios de vida há um manual, que é uma orientação sobre os meios de vida sustentáveis do Department for International Development (DFID); neste manual consta a visão geral dos meios de vida, a qual coloca as pessoas no centro do desenvolvimento. Este manual não apresenta respostas e diretrizes definitivas, mas estimula a reflexão, existe um arcabouço, no qual se apresenta a diversidade e a riqueza de um meio de vida, que só pode ser compreendida através de uma análise qualitativa e participativa de âmbito local.

Os meios de vida estão relacionados com os ativos, que são: capital natural (terra, água, árvores); capital físico (bens trazidos à existência por meio de processos de produção econômica); capital humano (nível de escolaridade e estado de saúde de indivíduos e populações); capital financeiro (dinheiro que pode ser acessado, a fim de adquirir bens); e capital social (as redes sociais e associações que as pessoas participam). Esses componentes sustentam estratégias de subsistência individuais e familiares.



Logo, pode-se afirmar que os meios de vida compreendem os ativos, as atividades e o acesso a estes (mediado por instituições e relações sociais) que definem em conjunto a vida adquirida pelo indivíduo ou família, ou seja, os meios de vida irão depender dos ativos que os indivíduos estão envolvidos, de como estes ativos são disponibilizados para ele. A disponibilização vai depender de como esse indivíduo vai fazer para chegar até os ativos, como será sua capacidade, sua determinação de conquistar tais ativos; assim, os ativos irão habilitar, desenvolver melhores condições e qualidade de vida para este indivíduo e sua família.

Como se pode ver, o meio de vida é uma forma encontrada por muitos indivíduos para sobreviver em situações de vulnerabilidade. No entanto, esta forma ou esta habilidade desenvolvida ocorre de maneira diferente para cada indivíduo, ou seja, existe uma heterogeneidade de meios de vida, pois a realidade muda de lugar para lugar. Porém, o que devemos realçar é que através da diversificação dos meios de vida que muitas pessoas estão encontrando uma forma de sobreviverem a situações tão adversas, como a fome, por exemplo.

Schneider (2010) salienta a importância de fortalecer os meios de vida. Para tanto, seria necessário desenvolver maneiras de diversificação das opções e das estratégias de trabalho e renda que estas pessoas possuem. Isso quer dizer que quando pessoas possuem mais de uma fonte de renda, se algo lhes acontecer, como a perda de uma dessas rendas, por exemplo, ela não ficará tão vulnerável, pois ela terá respaldo em outras opções, não tendo que lidar com uma situação de adversidade. Infelizmente, muitos agricultores ainda dependem de um único produto e acabam se tornando totalmente dependentes da renda deste produto. Isso significa que se estes agricultores tiverem algum problema na safra, ou seja, na produção deste produto, pode ocasionar sua falência ou seu endividamento em bancos. Schneider (2010, p.95) acrescenta que “aqueles indivíduos que estiverem em situação de dependência em relação a um repertório restrito de fontes de renda e tipos de atividades são mais vulneráveis”.

A abordagem de Ellis (1998) foi utilizada por Perondi e Schneider (2012) para analisar a questão da diversificação. Os autores supracitados destacam a parte do texto de Ellis: a “diversificação dos meios de vida é o processo pelo qual as famílias rurais constroem um diversificado portfólio de atividades e de capacidades de apoio social para sobreviverem e melhorarem o seu padrão de vida” (PERONDI e SCHNEIDER, 2012, p. 129). Este trecho



de Ellis reafirma a importância de se ter diversificação nos meios de vida, não só pela renda, mas também pelas habilidades desenvolvidas como a capacidade de apoio social.

3 METODOLOGIA

A Microrregião de Santa Cruz do Sul possui uma quantidade expressiva de agricultores familiares e a grande maioria depende economicamente de apenas um cultivo, o tabaco. Esta dependência torna o agricultor vulnerável às decisões das empresas tabacaleiras, pois as decisões são tomadas conforme os interesses econômicos destas empresas e estabelecem um desenvolvimento de produção deste cultivo para com os agricultores de forma “top down”.

Esta pesquisa utilizou os dados da Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul referente às condições do agricultor em relação a sua propriedade e sua composição familiar, sendo do tipo descritivo e analítico, utilizando dados secundários, tomando por base as informações obtidas no Núcleo de Pesquisa Social (NUPES) da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC através da pesquisa sobre as famílias agricultoras que cultivavam fumo no Sul do Brasil: “Um diagnóstico a partir dos fumicultores associados à Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA)”.

Estes dados foram coletados no ano de 2011 através de um questionário socioeconômico aplicado nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Os dados foram inseridos no Statistical Package for Social Sciences (SPSS). Este programa permitiu realizar uma análise estatística dos municípios que integram a Microrregião Geográfica de Santa Cruz do Sul.

No primeiro momento chegou-se à caracterização da composição familiar dos agricultores entrevistados. Essa caracterização familiar pode descrever o grau de parentesco dos moradores do domicílio com o agricultor entrevistado, conhecer a faixa etária desses moradores, a visualização do percentual de homens e mulheres residentes nas propriedades, o grau de escolaridade dessa composição familiar e o percentual da participação familiar na produção do tabaco e outras culturas.

Já no segundo momento, pode-se observar qual o percentual de agricultores que se encontrava em condições de proprietário da terra, arrendatário, meeiro ou ainda se possuíam propriedades herdadas da família e também se pode analisar qual o percentual de



produtores que se encontrava em mais de um arranjo de condição da terra. Após essas duas análises observou-se o percentual da propriedade utilizado para a produção e, posteriormente, qual o percentual destinado apenas para a produção do tabaco. Realizados esses cruzamentos pode-se obter a representação do tabaco na receita bruta total dentro das propriedades familiares.

Tabela 2: Pessoas que residem nos domicílios dos agricultores pesquisados, por condição de parentesco.

Condição de Parentesco	Número	Percentual (%)	Percentual Acumulado
Agricultor pesquisado	197	29,5	29,5
Cônjuge	176	26,4	55,9
Filho (a) enteado	181	27,1	83,1
Pai	13	1,9	85,0
Mãe	25	3,7	88,8
Sogro (a)	6	,9	89,7
Irmão (a)	17	2,5	92,2
Outro parente	51	7,6	99,9
Outro não parente	1	,1	100,0
Total	667	100,0	

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Com os dados acima apresentados pode-se obter a composição familiar do agricultor entrevistado, ou seja, as pessoas que moram com ele na propriedade. Analisando essa composição familiar pode-se observar que 27,1% correspondem aos filhos que ainda moram com seus pais ou estão dividindo a propriedade com o mesmo. Comparando esses dados com a tabela 3 percebe-se que esses filhos que ainda vivem no meio rural estão numa faixa etária de 13 a 18 anos chegando a um percentual de 7,3% e o outro grupo de jovens com uma faixa etária de 19 a 29 anos chega a um percentual de 14,8%.

Tabela 3: Pessoas que residem nos domicílios dos agricultores pesquisados, por grupos de idade.

Grupos de idade	Número	Percentual (%)	Percentual Acumulado
0 a 12 anos	82	12,3	12,3
de 13 a 18 anos	49	7,3	19,6
de 19 a 29 anos	99	14,8	34,5
de 30 a 39 anos	83	12,4	46,9
de 40 a 49 anos	113	16,9	63,9
de 50 a 59 anos	114	17,1	81,0
60 anos ou mais	127	19,0	100,0
Total	667	100,0	

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

No entanto, o maior percentual é de idosos permanecendo no meio rural, chegando a 19% com faixa etária de 60 anos ou mais. Essa constatação já havia sido visualizada por Schneider (1994), citado por Biolchi e Schneider (2003, p.34), isso porque o Brasil estava tendo os efeitos do êxodo rural que ocorrera desde os anos sessenta, ou seja, os jovens é que estavam se deslocando para a área urbana enquanto seus familiares permaneciam na propriedade. Além do êxodo rural, outro fator que contribuía para o envelhecimento da população rural fora a diminuição da taxa de fecundidade e da expectativa de vida. Com todos esses fatores está sendo visualizado o envelhecimento da população rural, o que se pode verificar na microrregião geográfica de Santa Cruz do Sul.

Tabela 4: Pessoas que residem nos domicílios dos agricultores pesquisados, por sexo.

Sexo	Número	Percentual (%)	Percentual Acumulado
Masculino	352	52,8	52,8
Feminino	315	47,2	100,0
Total	667	100,0	

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Muitos autores vem discutindo em relação a masculinização do meio rural, como: Abramovay, Camarano, Schneider Mas com os dados demonstrados na tabela 4, que está representando dados da microrregião geográfica de Santa Cruz do Sul, pode-se dizer que não existe uma grande diferença da permanência de homens e mulheres no meio rural.



Entretanto, não se pode avaliar apenas a tabela 4, pois é necessário comparar com o grupo de idades demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 5: Agricultores pesquisados, por sexo e por grupos de idade.

Sexo	Masculino	Feminino	Total
Idade	Número	Número	Número
0 a 12 anos	40	42	82
de 13 a 18 anos	25	24	49
de 19 a 29 anos	61	38	99
de 30 a 39 anos	45	38	83
de 40 a 49 anos	64	49	113
de 50 a 59 anos	60	54	114
60 anos ou mais	57	70	127
Total	352	315	667

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

E como é possível notar nos grupos de idade de 19 a 29 anos e 40 a 49 anos, existe uma diferença expressiva no número de homens e mulheres pertencentes no meio rural.

Logo, o que fora discutido por Godoy *et al* (2010, p. 1 e 3) se confirma nessa microrregião, pois os autores supracitados relatam que houve uma modificação da estrutura social da população do campo, devido às transformações desenvolvidas pela Revolução Verde e pela modernização da agricultura. Com essas transformações muitos dos agricultores familiares não possuíam condições financeiras para acompanhar tais mudanças e por esse motivo muitos jovens se deslocaram para os centros urbanos.

No entanto, podemos constatar que muitos desses jovens eram mulheres, pois acabaram perdendo o interesse em continuar no campo, devido às dificuldades encontradas, tais como renda atrativa, falta de atividades de lazer e difícil acesso ao ensino escolar. Essas transformações no meio rural contribuíram para a masculinização do meio rural, não sendo diferente nessa microrregião geográfica.



Tabela 6: Pessoas que residem nos domicílios dos agricultores pesquisados (amostra geral), por grau de escolaridade.

Grau de escolaridade	Número	Percentual (%)	% acumulado
Sem instrução, ou menos de um ano de estudo	44	6,6	6,6
Ensino fundamental incompleto	458	68,7	75,3
Ensino fundamental completo	51	7,6	82,9
Ensino médio incompleto	36	5,4	88,3
Ensino médio completo	66	9,9	98,2
Superior incompleto	7	1,0	99,3
Superior completo	5	,7	100,0
Total	667	100,0	

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Como visualizado na tabela seis, é bastante expressivo o número de agricultores que não possuem nem o ensino fundamental completo, chegando a 68,7% da população rural da microrregião geográfica de Santa Cruz do Sul. Além disso, existem 80,4% da população que não continua estudando, ou seja, largaram os estudos e não pretendem continuar estudando. Esse dado é de suma importância, pois através dele podemos analisar como está se desenvolvendo o capital humano nessa microrregião.

Tabela 7: Pessoas que residem nos domicílios dos agricultores pesquisados, por condição atual de estudo.

Continua estudando?	Número	Percentual (%)	Percentual Acumulado
Sim	95	14,2	14,2
não	36	80,4	94,6
Fora da idade escolar (até 5 anos de idade)	36	5,4	100,0
Total	667	100,0	

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Conforme Ellis (2000), citado por Perondi e Schneider (2012, p.123) o nível de escolaridade é um dos componentes que sustentam as estratégias de subsistência individual ou familiar. Logo, quando os agricultores possuem maiores conhecimentos e entendimento do que está ocorrendo em sua volta, acabam visualizando maiores alternativas para se desviar de situações de adversidades, conseguem comunicar-se com outros membros da sociedade, potencializam a sua ideia, ou seja, tornam-se atores ativos dentro da sua comunidade.



Tabela 8: Pessoas que residem nos domicílios dos agricultores pesquisados, por participação nas atividades do fumo.

Participa na produção de tabaco?	Número	Percentual (%)	Percentual Acumulado
Sim	461	69,1	69,1
Não	206	30,9	100,0
Total	667	100,0	

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Como podemos analisar na tabela 9 a produção de tabaco é muito importante para as famílias da microrregião, pois conforme demonstrado o percentual de pessoas trabalhando para essa cultura chega a 69,1%, ou seja, mais da metade da família está envolvida diretamente com essa produção. Se ainda compararmos a tabela 9 com a 10 podemos ter uma percepção de quem são as principais pessoas envolvidas. Logo, percebe-se que há dois principais grupos envolvidos na produção do tabaco, sendo eles o grupo de faixa etária de 40 a 49 anos e o grupo de 50 a 59 anos. No entanto, outro grupo que está também envolvido são os jovens, mas principalmente os que estão entre os 19 e 29 anos, ou seja, esses jovens estarem trabalhando com a cultura do tabaco pode ser um reflexo de terem deixado de estudar e não estarem encontrando outras possibilidades de crescimento profissional além do tabaco, já que, como visualizado anteriormente, essa cultura é conhecida por mais da metade das famílias. Ademais, Ellis salienta que o nível de escolaridade (capital humano) confere as pessoas melhores oportunidades, para que assim consigam desenvolver habilidades a fim de encontrarem novos caminhos de subsistência de suas famílias; não sendo uma certeza de que o nível de escolaridade levará uma pessoa a alcançar melhores condições de vida. Entretanto, certamente haverá uma gama de oportunidades maiores e possivelmente permitirá sair de situações como essa: a dependência da cultura do tabaco.

**Tabela 9:** Pessoas que residem nos domicílios dos agricultores pesquisados, por participação em outra cultura.

Participa na produção de outra cultura?	Número	Percentual	Percentual Acumulado
Sim	318	47,7	47,7
Não	349	52,3	100,0
Total	667	100,0	

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

A tabela 9 é uma análise preliminar para avaliar se existe realmente a produção quase que exclusiva de tabaco na microrregião geográfica de Santa Cruz do Sul. Esta tabela a participação da família do agricultor em outra cultura além do tabaco. E como se pode observar, mais da metade não trabalha, não participa em outra cultura. Podendo se inferir que há especialização da mão de obra para o desenvolvimento da cultura do tabaco, considerando que 52,3% dos moradores não trabalham com outras culturas.

Tabela 10: Pessoas que residem nos domicílios dos agricultores pesquisados, por grupos de idade e por participação nas atividades vinculadas ao cultivo do tabaco.

Grupos de idade	Participa na produção de tabaco?		Total
	Sim	Não	
0 a 12 anos	2	80	82
de 13 a 18 anos	14	35	49
de 19 a 29 anos	83	16	99
de 30 a 39 anos	75	8	83
de 40 a 49 anos	105	8	113
de 50 a 59 anos	104	10	114
60 anos ou mais	78	49	127
Total	461	206	667

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

No segundo momento da pesquisa analisou-se a condição do proprietário e qual era a situação perante a propriedade, sendo as possíveis respostas: proprietário, arrendatário, meeiro ou ainda se a propriedade seria da família. No entanto, observou-se nas respostas que muito destes agricultores se enquadravam em mais de uma alternativa, por esse motivo, analisaram-se todos os possíveis arranjos.

Tabela 11: Condição do produtor (quantos ha):

	Número	Percentual (%)	Percentual Acumulado
Somente propriedade da família	20	10,2	10,2
Somente arrendatário	5	2,5	12,7
Arrendatário e propriedade da família	11	5,6	18,3
Somente meeiro	4	2,0	20,3
Somente proprietário	113	57,4	77,7
Proprietário e propriedade da família	25	12,7	90,4
Proprietário e arrendatário	19	9,6	100,0
Total	197	100,0	

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Verifica-se que o arranjo que possui maior frequência é de agricultores que possuem total controle de sua terra, aqueles denominados como proprietário, sendo que dos 197 entrevistados associados da Afubra, 113 são proprietários de suas terras, correspondendo a 57,4% do total de agricultores entrevistados da microrregião geográfica.

Logo, percebe-se que mais da metade da microrregião possui controle de sua propriedade, no sentido de que para tomar qualquer atitude diferente, ou até mesmo decisões que influenciam o futuro da propriedade não dependem da permissão de terceiros, ou seja, um aspecto positivo para esses produtores, pois possuem controle do seu capital natural (recursos naturais). Dessa forma, possibilita aos agricultores desenvolverem maior autonomia, já que os recursos naturais são seus podem tomar decisões imediatas, sem depender da aprovação de um terceiro.

Outra questão analisada refere-se à utilização das terras para a produção, em todas as possíveis respostas: proprietário, arrendatário, meeiro ou propriedade da família.

Tabela 12: Mínimo, máximo, soma e média do total de hectares que utiliza para a produção.

	Nº	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio padrão
Soma do total de hectares que utiliza para produção	197	2,00	99,50	3327,76	16,8922	12,95332

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.



Conforme demonstra na tabela 12 acima, dos 197 entrevistados dos 16 municípios, existe aqueles que utilizam quase 100 ha de para a produção e outros que utilizam apenas 2 hectares, sendo a média de utilização da terra para produção de 16,89 ha. Vale ressaltar nesse momento a importância de analisar se os agricultores estão desenvolvendo nesta terra apenas um cultivo ou mais alternativas. Isso porque conforme citado anteriormente aqueles agricultores que possuem mais de uma alternativa dentro de sua propriedade, desenvolvem habilidades para enfrentar situações adversas.

Nesses dados demonstrados, podemos analisar as condições do produtor e a quantidade de hectares que é destinado para a produção. Percebe-se que na microrregião geográfica de Santa Cruz do Sul existe uma significativa participação da agricultura para a geração de renda desses agricultores.

A próxima etapa é analisar a microrregião em sua principal fonte de renda, o tabaco. Logo o quadro abaixo demonstrará o quanto esses agricultores utilizam de suas terras para a produção do tabaco.

Tabela 13: Soma do total de hectares que é utilizado para a produção de tabaco

	Nº	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio padrão
Soma do total de hectares que utiliza para produção de tabaco	197	,50	19,30	650,46	3,3018	2,14655

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Observa-se que o mínimo utilizado para a produção de tabaco é de 0,50 hectare e pode chegar até 19,30 hectares. Constata-se a relevância da quantidade de hectares destinados à produção de tabaco, considerando o tamanho médio das propriedades, que é de 12 hectares. Logo, muitos agricultores estão produzindo apenas o tabaco em sua propriedade, aumentando os seus próprios riscos, porém como não possuem outras alternativas de renda ficam suscetíveis ao endividamento em bancos, devido aos empréstimos realizados para conseguirem produzir esse cultivo.

Nesse sentido que Ellis (2000), citado por Perondi e Schneider (2012, p.132) ressalta a importância da diversificação dos meios de vida, pois através de mais alternativas de renda para os agricultores, esses conseguirão melhores estratégias para se desviarem de



situações adversas ou até mesmo enfrentá-las com maior facilidade. Gerando maior autonomia, esses agricultores se fortalecem frente a atores e ativos externos.

Contribuindo para evidenciar a dependência dos agricultores da microrregião geográfica de Santa Cruz do Sul analisou-se a participação do tabaco na receita bruta total na propriedade que pode variar de 9,82% chegando a ser responsável por até 100% da receita bruta total. Essa observação representa 76,55% das propriedades, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 14: Participação do tabaco na receita bruta total (sem considerar custos de produção).

	Nº	Mínimo	Máximo	Soma	Média	Desvio padrão
Participação do tabaco na receita bruta total (sem considerar custos de produção)	193	9,82	100,00	14774,83	76,5535	14,88542

Fonte: tabela elaborada pelo autor a partir de dados obtidos no NUPES-UNISC, 2013.

Observa-se na tabela acima que em mais da metade das propriedades está ocorrendo a dependência do cultivo do tabaco, os agricultores estão vulneráveis às decisões relacionadas a este cultivo. Logo, movimentos como a ratificação da Convenção Quadro, poderão afetar esses agricultores diretamente, pois não possuem outros portfólios desenvolvidos em suas propriedades.

Por esse motivo é necessário proporcionar a esses agricultores acesso a estratégias de subsistência individual e familiar, no caso acesso a ativos (natural, físico, humano, financeiro e social). O acesso a tais estratégias, mediado por instituições e relações sociais, facilitará e permitirá melhores condições para que estes agricultores desenvolvam qualidade de vida individual e familiar. No entanto, essa mudança será diretamente proporcional à capacidade e à determinação de cada agricultor, de como cada um acessa esses ativos, como reage e desenvolve-os.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa destaca a considerável relevância da diversificação produtiva da microrregião geográfica de Santa Cruz do Sul, porque, conforme demonstram os dados, os



agricultores estão direcionando uma quantidade expressiva de terras para a produção do tabaco e ainda estão dependendo quase que exclusivamente da renda gerada por um único cultivo. Logo, essa situação torna esses agricultores mais vulneráveis às variações de mercado e as decisões tomadas por atores externos envolvidos nesta cadeia de produção, como é o caso das indústrias tabacaleiras.

Através dos dados obtidos pela pesquisa ressalta-se a importância da diversificação dos meios de vida para essa microrregião, pois através dela os agricultores estarão gerando portfólios, alternativas dentro de suas propriedades, poderão desenvolver mais de um produto, ou seja, se algo acontecer na safra de um produto ele poderá recorrer a recursos de outros cultivos.

Com a diversificação dos meios de vida dentro da propriedade, os agricultores poderão gerar um círculo virtuoso, pois com maior autonomia em suas decisões, poderão aumentar sua renda e, conseqüentemente aumentar a sua qualidade de vida, além de desviarem ou, até mesmo, enfrentarem situações adversas. Com a produção de diferentes produtos dentro da propriedade, os agricultores poderão consumir e vender no mercado sua produção, logo estarão internalizando os recursos dentro de sua propriedade e não ficarão tão vulneráveis em relação aos atores e ativos externos.

No entanto, não se pode esquecer de que a geração de autonomia e de qualidade de vida faz-se de suma importância para que os ativos cheguem até os meios de vida, por isso é importante que instituições e relações sociais se organizem de forma a facilitar a chegada de ativos (capital natural, físico, humano, financeiro e social) para esses agricultores e desenvolvam formas para que esses agricultores apresentem habilidades para lidar com tais ativos e possuam condições de desenvolver melhores condições.

No entanto, não podemos esquecer que as habilidades desenvolvidas por esses agricultores serão individuais, nem sempre ocorrerá da mesma forma, nem ao mesmo tempo; isto porque a maneira de utilizar os recursos como a terra, por exemplo, ou até mesmo de se apropriar de recursos financeiros disponibilizados pelo governo será diferente para cada um. Entretanto, é de suma importância que haja um despertar desses agricultores para que se mobilizem, tornando-se atores ativos frente a problemática da dependência do tabaco.



REFERÊNCIAS

- Biolchi, M.; Schneider, S.; A previdência Social e seus impactos sociais e econômicos no meio rural do Rio Grande do Sul. *INDICADORES ECONÔMICOS Fee*. Porto Alegre, v.30, p. 27-42. 2003. Disponível em:< <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/428.pdf>>. Acesso em: 06 jun.2013.
- ETGES, V.E. Vale do Rio Pardo: (re)conhecendo a região. *EDUNISC*, Santa Cruz do Sul, 2001.
- GODOY, C.M.T; et.al; *Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: a realidade do município de Santa Rosa/RS*. 48º CONGRESSO SOBER – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2010, Campo Grande – MS. Disponível em:< <http://www.sober.org.br/palestra/15/714.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2013.
- KARNOPP, E. Desafios e perspectivas para o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável: o caso da Região do Vale do Rio Pardo (Brasil). *Tomo*, 2003. Disponível em: < <http://www.wgsr.uw.edu.pl/pub/uploads/actas03/10-ERICA.pdf>>. Acesso em: 31 maio de 2012.
- PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S.; Bases teóricas da abordagem da diversificação dos meios de vida. *REDES*. Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 129. 2012. Disponível em:< <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2032/2175>>. Acesso em: 18 nov. 2012.
- NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. *REDAYC*. Revista científica da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal. v.5, n. 61, p. 41-69, 2008. Disponível em:< <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=11713138002>> Acesso em: 10 set. 2012.
- NIEDERLE, P. A.; JUNIOR, V. J. W. A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. *REDES*. Santa Cruz do Sul, v. 14, n.13, p.75-102. 2009. Disponível em:< <http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/566>>. Acesso em: 16 nov.2012.
- TONI, J e KLARMANN, H. Regionalização e Planejamento: reflexões metodológicas e gerenciais sobre a experiência gaúcha. *Fee*, Porto Alegre, v. 23, 2002, p. 517-538. Disponível em: < <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2019/2400>>. Acesso em: 31 maio de 2012.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2010.
- SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação. *RURIS*. Porto Alegre: Editora da Unicamp. n. 4, v.1, 2010. Disponível em: < www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/download/.../573> Acesso em: 10 set. 2012.